

BOOK REVIEWS

Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras, de Ana Campos, Eugenio Queiroga, Fany Galender, Helena Degreas, Rogério Akamine, Silvio Macedo e Vanderlei Custódio, FAUUSP, São Paulo, Brasil, 2012, 368 pp, ISBN 978-85-8089-008-2.

De 2006 a 2011, pesquisadores de várias instituições públicas e privadas dedicaram-se a levantar, estudar e discutir os sistemas de espaços livres de diversas cidades brasileiras. Um painel justapondo os resultados individuais deste amplo e original estudo é apresentado neste livro recentemente publicado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Segunda publicação sobre espaços livres lançada pelos organizadores, o trabalho mostra os avanços da investigação e o firme interesse despertado pelo tema.

Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras traz dezoito capítulos escritos por dezesseis equipes de pesquisadores, precedidos por uma breve apresentação. Cada capítulo refere-se a uma cidade brasileira estudada, entre as quais se encontram a capital federal – Brasília; dez cidades capitais – a saber: Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Natal, Palmas, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória; e sete outras cidades – Campinas, Limeira, Maringá, Santa Maria, São Carlos, Sorocaba e Umuarama. O livro trata, portanto, de cidades novas e cidades coloniais, metrópoles e estruturas mais provincianas, paisagens litorâneas e do interior do país, abrangendo quase todas as regiões do território nacional. As equipes autoras reúnem pesquisadores de distintas especialidades, como arquitetos, planejadores, paisagistas e historiadores. A apresentação ficou a cargo de Silvio Macedo, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), eminente pesquisador na área de paisagismo e coordenador da pesquisa

nacional intitulada Quapá-SEL, cujos resultados deram origem ao livro apresentado. Como sugere a apresentação, este trabalho almeja tornar o tema dos espaços livres em agenda constante das administrações municipais, uma vez que ‘os sistemas de espaços livres fazem parte da infraestrutura urbana e uma atenção mínima a eles tem que ser dada’.

Os capítulos foram estruturados como estudos de caso, apresentados como artigos e dispostos segundo a ordem alfabética dos nomes das cidades estudadas. A partir de um marco teórico comum e parâmetros compartilhados (Macedo *et al.* 2011; Magnoli, 2006), cada equipe pesquisadora desenvolveu conceitos, posturas e métodos de análise. Assim os capítulos apresentam situações (até certo ponto) particulares, adotam metodologias específicas para conduzir suas reflexões e apresentam conclusões isoladas. Com isso prescindem da sequência e podem ser lidos separadamente. Uma reflexão final à guisa de conclusão, possivelmente construindo uma análise do panorama apresentado, seria desejável; mas, como indica o título da obra, trata-se de um ‘quadro’ que reúne cenas diversas da imensa e variada paisagem urbana brasileira. Com efeito, a robustez da compilação não está no resultado conjunto nem no estudo comparativo, mas sim na contribuição local de cada análise urbana e no desencadeamento onipresente do debate sobre a relevância dos espaços livres urbanos. Muito adequadamente, todos os capítulos são fartamente ilustrados com mapas especialmente produzidos para o efeito, gráficos, tabelas, fotos e imagens aéreas recentes feitas pelos próprios autores. Mas infelizmente o livro não conta com ilustrações coloridas, o que por vezes prejudica o entendimento dos mapas; o mesmo pode ser dito do formato próximo ao A4 – grande mas, ainda assim, por vezes pouco satisfatório.

Alguns capítulos estão mais próximos dos estudos morfológicos, seja pela abordagem ou pelo emprego de conceitos específicos. A análise

da forma urbana de Belo Horizonte é baseada na aplicação do conceito de cintura periférica (*fringe belt*); ao constatar que a cidade nova planejada, cuja imagem tem sido tradicionalmente associada à de uma ‘cidade jardim’, evoluiu como uma típica cidade brasileira do século XX, e ao apontar os espaços livres dispersos decorrentes de *fringe belts*, o texto sugere seu tratamento como elementos de conectividade de um sistema, de modo a se manter o caráter de cidade verde e retomar a boa qualidade urbana do projeto urbano original. Já a análise da forma urbana do conjunto de cidades ao redor de Maringá estrutura-se em unidades de paisagem – um conceito muito próximo da noção *Conzeniana* de região morfológica (*morphological region*) – ver Conzen, M. R. G. e Conzen, M. P. (2004) e Whitehand (2001). O capítulo sobre a cidade do Rio de Janeiro enfoca os espaços livres privados por meio do estudo de padrões de ocupação das quadras urbanas de modo a sugerir as regiões da cidade onde há pressão de transformação e ocupação, adensamento e demanda por espaços livres; com o emprego do programa ArcGIS, a análise efetuada pôde considerar diversos estudos urbanos e ganhou em profundidade e precisão.

Outros capítulos são fortemente pautados pela apreciação histórica a fim de compreender a atual construção urbana. Neste caso pode-se citar a análise de Brasília que, revendo a história do projeto inicial da cidade, sua implantação, seus desvios e ajustes, apresenta o contraste entre as formas urbanas da capital federal e de suas cidades satélites, indicando assim a diferença na natureza, na qualidade e na quantidade dos espaços livres. Do mesmo modo, a caracterização da situação atual do sistema de espaços livres urbanos de Salvador passa pela compreensão dos fatos e processos geradores da forma urbana e dos aspectos sociais e econômicos historicamente imbricados na construção da cidade. Já o capítulo sobre a cidade de São Paulo entende que o centro da maior metrópole brasileira tem seu sistema de espaços livres informalmente estabelecido e desequilibradamente distribuído, e portanto apresenta diretrizes para ações do poder público.

Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras é efetivamente um estudo original, com levantamento e análise de dados recentes, de extrema relevância para intervenções urbanas e o planejamento futuro das cidades brasileiras estudadas, sobretudo quando se pensa em qualidade espacial e sustentabilidade.

Referências

- Conzen, M. R. G. e Conzen, M. P. (2004) *Thinking about urban form. Papers on urban morphology, 1932-1998* (Peter Lang, Berna).
- Macedo, S., Queiroga, E., Galender, F., Campos, A.; Akamine, R., Custódio, V., Gonçalves, F. e Degreas, H. (2011) ‘Sistema de espaços livres privados, o outro lado dos sistemas de espaços livres urbanos’ em Campos, A., Queiroga, E., Galender, F., Degreas, H., Akamine, R., Macedo, S. e Custódio, V. (eds.). *Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens* (FAUUSP, São Paulo) 33-53.
- Magnoli, M. M. (2006) ‘Espaço livre – objeto de trabalho’, *Paisagem e Ambiente* 21, 175-97.
- Whitehand, J. W. R. (2001) ‘British urban morphology: the Conzenian tradition’, *Urban Morphology* 5, 103-9.
- Renato Leão Rego, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo 5790 Bloco 32, Maringá-PR, 87020-900, Brasil. E-mail: rlrrego@uem.br
- Nos trópicos sem Le Corbusier – arquitetura luso-africana no Estado Novo**, de Ana Vaz Milheiro, Relógio d’Água Editores, Lisboa, Portugal, 2012, 496 pp, ISBN 78-989-641-301-9.
- Nos trópicos sem Le Corbusier – arquitetura luso-africana no Estado Novo* é o mais recente livro de Ana Vaz Milheiro. Resultante de uma investigação profunda e original sobre a arquitetura realizada pelos arquitetos portugueses nos territórios africanos no período do Estado Novo (1933-1974), esta obra reveste-se de grande importância no contexto da teoria e da história da arquitetura.
- A investigação que suporta a compilação dos dez textos que compõem o livro é realizada com um distanciamento crítico em relação ao período transitório que medeia, em Portugal, a passagem do regime ditatorial para a democracia, iniciado a partir de 1974. Este distanciamento cruza-se com uma conjuntura de paz e de crescimento económico que tem promovido uma redescoberta estratégica dos países africanos de língua portuguesa. É neste contexto que o processo historiográfico adquire relevância, constituindo-se como um poderoso instrumento de valorização do património cultural luso-africano
- O processo que envolve a realização da pesquisa apresentada usufrui da credibilidade da arquitetura portuguesa contemporânea, permitindo ensaiar uma raiz, ora de aproximação, ora de distanciamento em relação ao movimento

moderno. A organização do livro extrema aliás esta ambiguidade que permite à autora agrupar em dois capítulos os arquitetos ‘modernos’, por um lado, e os ‘modernos suaves’, por outro. *Nos trópicos sem Le Corbusier* procura articular um intrincado sistema referencial, de grande complexidade. A ambiguidade reside numa modernidade sem sentido único – as duas partes do livro são disso exemplo.

Metodologicamente é colocado de parte um eventual sentido cronológico no modo como foram agrupados os textos, optando-se antes por uma organização que privilegia os temas e onde à cabeça se coloca o deslumbramento pela arquitetura brasileira e pela figura de Niemeyer. A antiga arquitetura colonial do século XVII, revelada, em 1943, por Goodwin e Smith na exposição *Brazil Builds* estimula os arquitetos portugueses a traçar uma linha de aproximação com o movimento moderno; é no entanto a preparação do ‘Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa’, que se inicia em 1955, que paradoxalmente marcará a distância entre os ‘portugueses e a nova arquitetura do Brasil’.

No livro predomina um olhar sobre uma arquitetura corporativa realizada a partir dos institutos públicos; é neste contexto que o Gabinete de Urbanização Colonial adquire protagonismo. É em torno deste gabinete técnico fundado em 1944, pela mão de Marcelo Caetano, enquanto Ministro da Colónias, que outros argumentos se vão estruturando. No período de formação deste organismo, o Estado Novo consolida um processo de isolamento em relação à Europa devastada pela Guerra, focalizando-se no mundo colonial com uma estratégia, devidamente planeada, para dotar estes territórios de extensão nacional, de infraestruturas que permitissem desenvolver uma economia autossuficiente. Para além do planeamento urbano, os programas de obras prioritários eram dirigidos às áreas da saúde, da educação, da habitação e da administração pública. Considerando as várias frentes de trabalho desenvolvidas e o investimento público num país disperso por entre a Europa, a África e a Ásia, a modernidade acabou por ser construída num registo de especificidade, colhendo de modo distanciado e indireto os ensinamentos dos heróis do movimento moderno.

Nos primeiros textos, o livro começa por suportar-se em factos da historiografia contemporânea, que ao serem remontados permitem desencadear novos quadros de relação, ou consolidar a proeminência de algumas figuras relevantes, entre as quais emergem Francisco Castro Rodrigues (n.1920), Fernão Lopes Simões de Carvalho (n.1929) e Pancho Miranda Guedes (n.1925). É no entanto na segunda parte do livro

que se apresentam os fundamentos e resultados da investigação recente produzida por Ana Vaz Milheiro – A cultura e a prática de projeto dos Gabinetes de Urbanização Colonial.

No conjunto de cinco textos que compõem a segunda parte do livro são aprofundadas as relações dos arquitetos portugueses com África, e com as necessidades de uma resposta pragmática para construção em climas tropicais. O Gabinete de Urbanização Colonial, sofrendo ajustamentos orgânicos irá manter-se até 1974. Passa a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), em 1951, sendo transformado em Direção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob tutela da Direção de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC), a partir de 1957. Às 3 décadas em que este serviço público, localizado na metrópole do império, se manteve ativo, correspondem 3 gerações de arquitetos. A primeira de feição tradicionalista integrando homens como João Simões, José Costa e Silva, Paulo Cunha, ou mesmo Vasco Regaleira empenha-se ‘em provar que a tradição nacional – mais especificamente a tradição do Sul de Portugal – pode originar uma arquitetura tropical’ (Milheiro, 2012, p. 464). A segunda geração, onde pontuam homens como Lucínio Cruz ou Eurico Pinto Lopes, promovem uma orientação baseada numa ‘transferência dos edifícios nacionais da Metrópole para os projetos coloniais’, (Milheiro, 2012, p. 267). A terceira geração, incluindo arquitetos como Luís Possolo, Schiappa de Campos e António Seabra, corresponde aquela que recebe formação específica em arquitetura e urbanismo tropical, designadamente através do curso *Tropical architecture in the dry and humid zones*, ministrado em Londres na *Architectural Association* onde pontuam personagens como Maxwell Fry e Jane Drew, discípulos de Le Corbusier.

Neste ciclo geracional fundamenta-se o argumento da obra de Vaz Milheiro, ao identificar no conjunto da arquitetura luso-africana produzida no período do Estado Novo uma consistência tipológica e formal, construída num contexto próprio, observando à distância os fundamentos do movimento moderno e filtrando os pressupostos da cultura internacional num quadro de compromissos específicos aos quais os arquitetos portugueses procuram responder.

Paulo Tormenta Pinto, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINAMIA’CET-IUL, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. E-mail: paulo.tormenta@iscte.pt